

SUMÁRIO

Apresentação à 2. ^a Edição.....	7
Apresentação à 1. ^a Edição.....	9
1. O Estado	25
1.1 Poder constituinte	25
1.2 Constituição	26
1.3 Noção de Constituição.....	26
1.4 Estado de Direito	27
1.5 Interpretação do ordenamento jurídico e a garantia do administrado.....	27
1.6 Repartição das funções. Liberdades e poder tributário.....	29
2. Federalismo fiscal e pacto federativo.....	32
2.1 Origem. A federação norte-americana	32
2.2 A federação canadense	33
2.3 Confederação.....	33
2.4 Estado unitário	33
2.5 Formas de estrutura do Estado federal.....	34
2.6 Tipos.....	34
2.7 História da federação brasileira.....	34
2.8 Características do Estado federal	35
2.9 Competências	36
2.10 A federação como cláusula pétrea	37
2.11 A federação e o pacto federativo no Brasil	37
2.12 Hierarquia entre entes federais.....	37
2.13 O pacto federativo.....	38
2.14 O federalismo fiscal	40
2.15 A guerra fiscal	43
2.16 A “cortesia com chapéu alheio”	45
3. Formas de atividade da Administração.....	47
3.1 Intervenção do Estado no domínio econômico. Fundamentos e acepções...	47
3.2 Ideologia e intervenção	52
3.3 Meio de dominação.....	53

3.4	Incentivo da atividade econômica.....	54
3.5	Administração indireta	54
3.6	Atuação direta.....	55
3.7	Exercício do poder de polícia.....	57
3.8	Documentação jurídica.....	58
3.9	Atividades instrumentais.....	59
3.10	Serviços públicos.....	59
4.	As necessidades públicas e a atividade financeira do Estado	68
4.1	As necessidades públicas	68
4.2	Interesses privados e coletivos	69
4.3	Conceito amplo	70
4.4	A atividade financeira do Estado.....	70
5.	História e desenvolvimento da atividade financeira	72
5.1	A importância do desenvolvimento histórico para a compreensão do fenômeno financeiro.....	72
5.2	O tributo na Bíblia	73
5.3	Grécia antiga.....	73
5.4	O tributo no Império Romano	74
5.5	O Império Macedônio.....	75
5.6	O governo visigodo.....	75
5.7	Primeiro período da Idade Média.....	76
5.8	A chamada Idade Média Alta.....	76
5.9	A <i>Magna Charta</i>	76
5.10	Os mercantilistas	77
5.11	O liberalismo	77
5.12	O <i>Bill of Rights</i>	77
5.13	A Declaração da Virgínia.....	78
5.14	As modernas democracias.....	78
5.14.1	O excesso tributário como fonte de guerras e revoltas.....	79
5.15	A evolução dos tributos no Brasil.....	79
5.15.1	Período colonial.....	79
5.15.2	Governo Geral (1548-1763)	81
5.15.3	Vice-reinado (1763-1808).....	81
5.15.4	A Corte no Brasil (1808-1815).....	82
5.15.5	O Reino Unido (1815-1822)	82
5.15.6	Manifestações e revoltas na luta pela independência.....	82
5.15.7	Independência. A Carta outorgada.....	82
5.15.8	O Império (1822-1889)	83
5.15.9	A República.....	84

5.15.10	O Estado Novo.....	84
5.15.11	Normalização democrática.....	85
5.15.12	O Regime Militar.....	85
5.15.13	Retorno à democracia e a Constituição atual. A EC n. 42/2003.....	85
6.	Ciência das finanças e direito financeiro.....	89
6.1	Ciência das finanças.....	89
6.2	Direito financeiro.....	90
7.	Normas gerais de direito financeiro.....	93
7.1	Normas gerais de direito financeiro.....	93
7.2	Estado federal.....	94
7.3	Leis federais e nacionais.....	95
7.4	Princípios. Classificação.....	95
7.4.1	O princípio da eficiência no direito financeiro.....	97
7.4.2	O princípio da boa-fé objetiva.....	106
8.	Regime constitucional do direito financeiro.....	109
8.1	Introdução. Autonomia.....	109
8.2	O direito financeiro no quadro da ciência jurídica.....	115
9.	Entrada e receita.....	117
9.1	Entrada e receita.....	117
9.2	A receita pública.....	119
9.3	Classificação das receitas.....	120
9.4	Movimentos de caixa.....	124
9.5	Receitas originárias.....	126
9.6	Doação.....	128
9.7	Sucessão legítima e testamentária.....	128
9.8	Herança vacante.....	129
9.9	Receitas transferidas (repartição constitucional).....	130
9.10	A Lei Complementar 101/2000 e a receita pública.....	132
9.11	Renúncia de receita.....	133
9.12	Teoria dos preços. Características.....	134
10.	Receitas públicas tributárias.....	141
10.1	Introdução.....	141
10.2	Competência tributária. Capacidade.....	142
10.3	Tributo.....	142
10.4	Tratados e convenções (superioridade hierárquica da norma internacional incorporada).....	144
10.5	O Código Tributário Nacional e seu conteúdo.....	147
10.6	Princípios tributários.....	148

10.7	Princípios decorrentes do princípio federativo	150
10.8	Imunidade	150
10.9	Aspectos da hipótese de incidência	153
10.10	Isenção. Incidência e não incidência. Anistia. Remissão	154
10.11	Fiscalidade. Extrafiscalidade e parafiscalidade	155
10.12	Lançamento. Decadência e prescrição	156
10.13	Espécies tributárias.....	157
10.14	Imposto. Classificação	157
10.15	Taxas.....	158
10.15.1	Taxa de iluminação	160
10.16	Taxa e preço. Tarifa	161
10.17	Contribuição de melhoria	162
10.18	Empréstimo compulsório	162
10.19	Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse de categorias profissionais ou econômicas	164
10.20	O tributo no direito comparado	167
10.20.1	Substantial diferença com o sistema brasileiro.....	168
10.20.2	Evolução das normas no Brasil.....	170
11.	Teoria dos preços	173
11.1	Linhas iniciais sobre preço	173
11.2	Limites de seu valor	177
11.3	Relação entre taxa e preço	179
11.3.1	Babel de enfoques.....	183
11.4	Possibilidade de opção do legislador. Poder, dever, direito, obrigação	186
12.	Receitas públicas não tributárias	191
12.1	O patrimônio da União	191
12.1.1	Direito de propriedade	196
12.1.2	Patrimônio mobiliário	198
12.1.3	Privatização	199
12.2	Uso de bem público. A chamada “zona azul”	202
12.3	Receitas decorrentes de obras públicas	204
12.3.1	Pedágio	206
12.4	O suposto contrato de transporte público	209
12.5	Serviço de fornecimento de água e esgotos	216
12.6	Anuidades escolares.....	218
12.6.1	Escolas particulares.....	220
12.7	Custas e emolumentos judiciais e extrajudiciais	221
12.8	Prescrição aquisitiva. Extensão. Invenção	223
12.9	Receitas comerciais e industriais. Fazenda. Loteria.....	224

12.10 Transporte aéreo; aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária	227
12.10.1 Serviços e instalações nucleares	228
12.11 O serviço postal e a taxa (selo)	229
12.12 Serviço de radiodifusão sonora, sons e imagens e demais serviços de tele- comunicações	229
12.13 Serviços de telefonia e telegrafia. Energia elétrica	230
12.14 Instrumentos processuais de defesa do administrado	230
12.15 Conclusões	232
13. Receitas provenientes de minerais e energia elétrica	233
13.1 Competência	233
13.2 Patrimônio público. Bens públicos	233
13.3 Águas públicas. Energia elétrica. Partilha em sua exploração	235
13.4 Isenção de partilha	237
13.5 Partilha da produção mineral. Petróleo, gás natural e hidrocarbonetos fluidos. Contrato de concessão	237
13.6 Partilha dos recursos minerais	241
13.7 Forma de pagamento. Receita bruta ou líquida. Sanções	241
13.8 Natureza jurídica da partilha de receitas. Compensação	242
13.9 Participação ou compensação?	245
13.10 Participação de órgãos da Administração Direta da União	247
13.11 O problema dos Estados e Municípios	248
13.12 O pré-sal	251
13.12.1 Introdução	251
13.12.2 O marco regulatório	251
13.12.3 O regime de concessão	252
13.12.4 O sistema de partilha	252
13.12.5 A ANP e o Ministério de Minas e Energia	253
13.12.6 A Petrobras S.A.	253
13.12.7 A Petro-Sal	255
14. A corrupção como desvio de recursos públicos (a agressão aos direitos humanos)	256
14.1 Introdução. Conceito	256
14.2 Psicologia do brasileiro	257
14.3 Democracia e corrupção	258
14.4 Formas de prejuízos	259
14.5 Convenção da OCDE, a Convenção interamericana e a Lei 10.467, de 11 de junho de 2002	260
14.6 Comportamentos corruptos. O agente público (sujeito ativo da infração ad- ministrativa e do crime)	262
14.7 Propina. Conceito. Obrigação natural. A improbidade como corrupção	263
14.8 A corrupção no Legislativo e no Judiciário	263

14.9	A corrupção como crime	264
14.10	O desvio de recursos no Brasil	265
14.11	A corrupção como agressora dos Direitos Humanos	266
14.12	A corrupção como fator de desenvolvimento social.....	268
14.13	As multinacionais e a corrupção	270
14.14	Medidas de combate à corrupção	271
14.15	Conclusões	272
15.	Despesa pública	274
15.1	Conceito de despesas públicas.....	274
15.2	Decisão política	275
15.3	Requisitos para a despesa. Vinculação constitucional	275
15.4	Classificação das despesas	277
15.5	Geração da despesa à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal	278
15.6	Despesa obrigatória de caráter continuado	279
15.7	Despesas com pessoal	279
15.8	Do controle da despesa total com pessoal	279
15.9	Despesas com seguridade social.....	280
15.10	Democratização do gasto público	281
15.10.1	Constitucionalismo. Direitos negativos e positivos.....	281
15.10.2	As políticas públicas.....	283
15.10.3	O gasto constitucional, o legal e o político	286
15.10.4	Mecanismos e instrumentos de controle	290
15.10.5	O direito de exigir o cumprimento do dever constitucional	292
15.10.6	Princípios jurídicos tributários das receitas e princípios financeiros dos gastos.....	294
15.10.7	Ainda os princípios e a justa distribuição dos recursos. O princípio da proporcionalidade. O princípio da legalidade. O princípio da anualidade. O princípio da isonomia. O princípio da capacidade receptiva. O princípio da eficiência	295
15.10.8	Distribuição racional de recursos.....	300
15.10.9	Crises.....	302
15.10.10	A extrafiscalidade como solução ou problema?.....	303
15.10.11	O gasto com os valores constitucionais. O meio ambiente	303
15.10.12	O mau uso das receitas públicas.....	304
15.11	Contingenciamento de despesas.....	305
15.11.1	Localização do problema. Conceito	305
15.11.2	Requisitos. O art. 9.º da Lei de Responsabilidade Fiscal	307
15.11.3	Legalidade de sua adoção frente a não realização das receitas.....	308
15.11.4	A falsa previsão de receitas	308
15.11.5	Momento apropriado para o procedimento.....	308

15.11.6	Contingenciamento das receitas transferidas obrigatórias	309
15.11.7	Cancelamento de empenhos	309
15.11.8	Pressuposto.....	310
16.	Fundos públicos financeiros	311
16.1	Conceito. Tipos	311
16.2	Os Fundos à luz da Lei 4.320/1964 (Fundos de participação).....	312
16.3	Fundos de participação	313
16.4	Fundos de destinação	314
16.5	Têm os Fundos personalidade jurídica? Finalidade dos Fundos.....	316
16.6	São os Fundos dotados de personalidade judiciária?	317
16.7	Fiscalização	318
16.8	Retenção de recursos	319
16.9	Autopagamento mediante vinculação de recursos. Defesa judicial.....	320
17.	Orçamento: Breve história. Espécies. Controle social e ação direta de inconstitucionalidade	325
17.1	A origem do orçamento na evolução histórica. A palavra <i>orçamento</i>	325
17.2	O orçamento na União Europeia.....	327
17.3	O orçamento no Brasil	328
17.4	Aspectos do orçamento	330
17.5	Espécies de orçamento	333
17.6	Controle social do orçamento	334
17.7	Ação direta de inconstitucionalidade contra a lei orçamentária	340
18.	O Orçamento	342
18.1	Conceito	342
18.2	Evolução do conceito de orçamento	343
18.3	Controvérsias sobre a natureza jurídica do orçamento	347
18.4	Concepção moderna de orçamento	349
18.5	Noção moderna de gasto público dentro do orçamento.....	352
18.6	Os princípios administrativos e o art. 37 da CF.....	357
18.7	Sistema de controle externo do orçamento	360
18.8	Princípios orçamentários.....	363
18.8.1	Princípio da universalidade	363
18.8.2	Princípio da anualidade	364
18.8.3	Princípio da exclusividade	364
18.8.4	Princípio da unidade.....	365
18.8.5	Princípio da não afetação	365
18.9	As leis orçamentárias	366
18.9.1	O plano plurianual.....	366
18.9.2	A lei de diretrizes orçamentárias	368

18.9.3	O orçamento anual (fiscal, de investimento e da seguridade social)	373
18.9.4	A lei complementar financeira	376
18.10	A tramitação legislativa.....	377
18.10.1	Iniciativa	377
18.10.2	Mensagem aditiva	378
18.10.3	Comissão mista.....	378
18.10.4	Emendas	379
18.11	A não devolução do projeto no prazo ou sua rejeição total ou parcial	380
18.12	Vedações orçamentárias.....	384
18.13	Recursos dos três Poderes	387
18.14	Despesa com pessoal.....	387
18.15	O orçamento e o tributo nele não previsto	388
18.16	O direito ao auxílio ou subvenção.....	389
18.17	Relatório	389
18.18	Norma constitucional transitória.....	389
18.19	Desvinculação de receita da União. A liberdade outorgada, por lei, ao Chefe do Executivo	389
18.20	O orçamento participativo	391
18.21	Problemas e divergências doutrinárias a respeito do orçamento	393
18.21.1	Orçamento de competência e de caixa e os resíduos passivos.....	393
18.21.2	Cobrança de tributos não previstos na lei orçamentária anual	394
18.21.3	Alteração da lei orçamentária no curso do exercício	394
18.21.4	Iniciativa popular.....	395
18.21.5	Orçamento base zero.....	396
18.21.6	Orçamento funcional. PPBS.....	396
19.	A Lei 4.320, de 17 de março de 1964 (Lei Geral de Orçamento)	397
19.1	Considerações gerais	397
19.2	Receita	398
19.3	Realização da receita.....	398
19.4	Despesa.....	398
19.4.1	Despesas sigilosas	400
19.5	Realização da despesa	402
19.6	Requisitos formais da proposta orçamentária	403
19.7	Exercício financeiro	404
19.8	Dívida ativa. Conceito. Crédito tributário e não tributário. Inscrição. Pre-sunção de liquidez e certeza	404
19.8.1	Crédito proveniente de decisão do Tribunal de Contas	405
19.8.2	Administração Indireta	406
19.8.3	Terceirização do crédito público proveniente de dívida ativa	406
19.9	Créditos. Inadmissibilidade do uso de medida provisória para edição de crédito extraordinário.....	411

19.10	Controle e execução orçamentária	413
19.11	Prestação de contas.....	414
20.	A subvenção no direito brasileiro	416
20.1	Subvenção. Precisão terminológica	416
20.2	As subvenções na lei. Subvenções sociais e econômicas	418
20.3	Vedação constitucional de subvenção	421
20.4	Direito à subvenção	421
20.5	Não liberada a subvenção dotada, cabe responsabilidade do Estado?	422
20.6	Há prazo para aplicação das subvenções recebidas? Destinação a fim diverso	423
20.7	Ética na concessão de subvenções. A CPI do orçamento. Fiscalização.....	425
21.	Fiscalização financeira e orçamentária	427
21.1	Fiscalização financeira e orçamentária.....	427
21.2	Tipos de controle	430
21.2.1	Controle interno	430
21.2.2	Controle externo.....	431
22.	Responsabilidade fiscal.....	432
22.1	Generalidades. Os arts. 163 e 169 da Constituição	432
22.1.1	Vigência.....	436
22.1.2	Conflito regimental na aprovação do texto.....	437
22.1.3	Objetivos	437
22.2	Lei nacional e não federal. A federação brasileira e as normas gerais de direito financeiro.....	439
22.3	Terminologia	441
22.4	A Lei de Diretrizes Orçamentárias	444
22.5	A lei orçamentária anual. Pode o Judiciário determinar a realização de obras ou serviços? O confronto entre os direitos básicos e a interferência do Judiciário nas políticas públicas	450
22.5.1	Prazos de encaminhamento dos projetos de lei orçamentária	453
22.5.2	Requisitos	454
22.6	Execução orçamentária e cumprimento de metas. Intervenção do FMI.....	456
22.7	Da receita pública	460
22.7.1	Previsão e arrecadação	460
22.7.2	Renúncia de receita	463
22.8	Da despesa pública.....	469
22.8.1	Geração da despesa	469
22.8.2	Despesa obrigatória de caráter continuado	471
22.8.3	Despesa com pessoal.....	473
22.8.4	Do controle da despesa total com pessoal.....	481
22.8.5	Despesas com seguridade social.....	487

22.9	Das transferências voluntárias	488
22.10	Da destinação de recursos públicos para o setor privado.....	489
22.11	Da dívida e do endividamento. Definições	492
22.11.1	Dos limites da dívida pública e das operações de crédito.....	494
22.11.2	Da recondução da dívida aos limites	496
22.12	Das operações de crédito.....	497
22.12.1	Da contratação	497
22.12.2	Das vedações a operações.....	500
22.12.3	Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	503
22.12.4	Operações com o Banco Central.....	505
22.12.5	Garantia e contragarantia.....	505
22.12.6	Restos a pagar	508
22.13	Da gestão patrimonial.....	513
22.13.1	Das disponibilidades de caixa	513
22.13.2	Da preservação do patrimônio público	514
22.13.3	Das empresas controladas pelo setor público	516
22.14	Da transparência, controle e fiscalização.....	517
22.14.1	Da transparência	517
22.14.2	Da escrituração e da consolidação das contas.....	520
22.14.3	Do relatório resumido da execução orçamentária	522
22.14.4	Do relatório da gestão fiscal.....	523
22.14.5	Das prestações de contas	525
22.14.6	Da fiscalização da gestão fiscal. O papel dos Tribunais de Contas..	526
22.15	Disposições finais e transitórias	527
22.15.1	Aplicação a Estados e Municípios	527
22.15.2	Estado de defesa e de sítio	529
22.15.3	Baixo crescimento do PIB.....	530
22.15.4	Fundo Geral da Previdência Social. Regimes próprios de entes federados	530
22.15.5	Sanções civis, administrativas, políticas e penais	531
23.	Licitações e contratos administrativos na Lei de Responsabilidade Fiscal	536
23.1	Licitação. Procedimento	536
23.2	A Lei de Licitações (8.666/1993)	537
23.3	O procedimento como princípio	537
23.4	O chamamento	537
23.5	O sigilo e a moeda na licitação	538
23.6	A fase interna do procedimento licitatório. A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal no procedimento da licitação	538
23.7	A influência da Lei de Responsabilidade Fiscal nos contratos administrativos	542

24. A responsabilidade fiscal e as parcerias público-privadas.....	546
24.1 Introdução	546
24.2 Antecedentes e dívidas.....	547
24.3 Tipos.....	548
24.4 Restrições orçamentárias	549
24.5 Vinculação de impostos para pagamento das obrigações decorrentes da parceria. Outros tributos e as receitas não tributárias	549
24.6 Exigências em relação à União	550
24.7 Limites do endividamento	550
24.8 Receita corrente líquida	551
24.9 Contraprestação da Administração Pública	551
24.10 Limites fiscais. Responsabilidade do ordenador. Previsão de fluxo de despesas	551
24.11 Empenho	552
24.12 Fundo Garantidor	553
24.13 Estados e Municípios	553
25. Tribunal de Contas	555
25.1 Tribunal de Contas – Histórico	555
25.2 Organização.....	557
25.3 Sistemas de controle. O papel da Câmara de Vereadores na apreciação das contas	557
25.4 Função “jurisdicional” do Tribunal de Contas.....	559
25.5 Requisitos para provimento do cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União.....	561
25.6 Equivalência de impedimentos e vantagens.....	562
25.7 Competência	563
25.8 Sigilo bancário	570
25.9 O Tribunal de Contas dos Estados e dos Municípios.....	571
26. Precatório	574
26.1 Relevância do tema e previsão constitucional	574
26.2 Precatório: conceito, características, cabimento	579
26.3 Atribuições e responsabilidade do Presidente do Tribunal.....	580
26.4 Créditos constituídos por sentença judicial	581
26.4.1 Créditos alimentícios.....	582
26.4.2 Créditos não alimentícios	582
26.4.3 Crédito de pequeno valor. Critérios para aferição	583
26.4.4 Ordem dual de pagamento	584
26.5 Atualização monetária	585
26.6 Sequestro de verbas públicas.....	586
26.7 Formas indiretas de extinção do precatório	586

26.7.1	Compensação	586
26.7.2	Da compra de imóveis	587
26.7.3	Cessão do crédito	587
26.8	Demais considerações sobre o regime dos precatórios após EC n. 62/2009..	588
26.8.1	Limite de vinculação orçamentária	588
26.8.2	Assunção de débitos pela União	588
26.9	Precatório: emendas impregnadas de inconstitucionalidades	588
26.9.1	Casos precedentes: art. 33 do ADCT e o art. 78 do mesmo Texto, inserido pela EC n. 30/2000, e a EC n. 37/2002.....	588
26.9.1.1	Introdução	588
26.9.1.2	A EC n. 30/2000, os arts. 33 e 78 do ADCT. Hipóteses diversas. Constituinte originário e derivado	591
26.9.1.3	Do abuso do Poder Legislativo	597
26.9.1.4	A inconstitucional moratória de 2000: dez anos depois..	600
26.9.1.5	Da violação do direito adquirido e da coisa julgada.....	602
26.9.1.6	Análise da EC n. 30/2000: por razões históricas.....	605
26.9.1.7	O pagamento de condenações de pequeno valor.....	607
26.9.1.8	Os precatórios alimentícios	608
26.9.1.9	Os precatórios não alimentares	611
26.9.1.10	Da Lei de Responsabilidade Fiscal e suas consequências administrativas, civis, políticas e criminais	613
26.9.1.11	Do sequestro introduzido pela Emenda Constitucional n. 30/2000.....	615
26.9.2	Da intervenção federal nos Estados e destes nos Municípios.....	619
26.9.3	A EC n. 37, de 12 de junho de 2002.....	621
26.10	Dez anos depois a repetição do atavismo: a inconstitucionalidade do art. 97 do ADCT.....	624
26.10.1	As contas especiais.....	625
26.10.2	O pagamento dos precatórios.....	626
26.10.3	O leilão.....	626
26.10.4	Sequestro	628
26.10.5	Compensação com tributos devidos	628
26.10.6	Responsabilidade do Chefe do Poder Executivo	628
26.10.7	Retenção de repasses constitucionais.....	629
26.10.8	Litisconsórcio de credores.....	630
26.10.9	Duração do regime especial.....	630
26.10.10	Começo e fim do regime especial	631
27.	Empréstimo público	632
27.1	Introdução	632
27.2	Natureza jurídica	633

27.3	Empréstimos compulsórios	637
27.4	Figura contratual	638
27.5	Disciplina constitucional do crédito	639
27.6	Nulidade do contrato	642
27.6.1	Repúdio	643
27.6.2	Contribuições patrióticas.....	643
27.7	Classificação do crédito	644
27.8	O crédito estadual, o municipal e o do Distrito Federal e a intervenção federal e estadual	646
27.9	Garantias	648
27.10	Controle, fiscalização e prestação de contas.....	649
27.11	Extinção	650
27.12	Execução	651
28.	Dívida pública e operações de crédito	653
28.1	Dívida externa e interna. O FMI	653
28.2	Breve histórico da dívida brasileira	656
28.3	Interlúdio conceitual: dívida pública consolidada e dívida pública mobiliária e flutuante.....	658
28.4	Princípios gerais de direito incidentes sobre os débitos externos	658
28.5	Requisitos e limites da operação externa de natureza financeira	659
28.6	Operações de crédito interno	664
28.7	Dos limites globais para o montante da dívida pública	665
28.8	Autorizações para operações externas	666
28.9	Diretrizes gerais para consolidação e reescalonamento das dívidas dos entes federativos e dos entes estatais	667
28.10	Limites para prestação de garantias da União para operações de crédito externo e interno. O problema nos Estados e Municípios	668
28.11	Limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária de Estados, Distrito Federal e Municípios	668
28.12	Operações de crédito por antecipação de receita orçamentária	669
28.13	Lei complementar	669
28.14	Eficácia dos títulos públicos como garantia de débitos. Títulos emitidos há longo tempo e sua validade Possibilidade de penhora de seu valor	670
	Bibliografia	673
	Índice alfabético-remissivo.....	685